

Riqueza substantiva e relacional : um enfoque diferenciado para a análise das desigualdades na América Latina	Título
Cattani, Antonio David - Autor/a;	Autor(es)
Produção de pobreza e desigualdade na América Latina	En:
Porto Alegre	Lugar
Tomo Editorial CLACSO	Editorial/Editor
2007	Fecha
Colección CLACSO-CROP	Colección
Análisis sociológico; Distribución de la riqueza; Capitalismo; Desigualdad; Sectores dominantes; Poder económico; Concentración económica; Riqueza; América Latina;	Temas
Capítulo de Libro	Tipo de documento
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/clacso-crop/20120708072857/09cat2.pdf	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)

www.clacso.edu.ar



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences



Antonio David Cattani*

RIQUEZA SUBSTANTIVA E RELACIONAL: UM ENFOQUE DIFERENCIADO PARA A ANÁLISE DAS DESIGUALDADES NA AMÉRICA LATINA

Em abril de 2007, Steve Forbes, editor da revista que leva o seu nome, ao lançar o número especial sobre as maiores fortunas do planeta, declarou que 2006 fora o ano mais rico da humanidade e que, em 2007, o fenômeno se repetiria. Na mesma época, relatórios da ONU indicavam a existência de mais de dois bilhões de indivíduos em situação de miséria extrema e a estimativa de que, nos próximos anos, 97% das 100 milhões de pessoas nascidas anualmente estariam submetidas ao flagelo da pobreza. Neste artigo, analisaremos o significado de “o ano mais rico da humanidade” e as relações que existem entre esses dois processos: de um lado, o aumento e a concentração da riqueza em níveis jamais vistos e, de outro, a permanência do “pólo pobreza”.

A população pobre e miserável é medida, quantificada e analisada nas suas dimensões sociais, políticas, psicológicas, educacionais. Estudos aprofundados dão conta de seu comportamento eleitoral, dos projetos e trajetórias de vida, das estratégias de sobrevivência e das formas de inser-

* Doutor pela Universidade de Paris I – Sorbonne. Professor Titular de Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil). Pesquisador CNPq. Autor e organizador, entre outros, de: *Dictionnaire de l'Autre Economie* (com J. L. Laville), Paris, Gallimard, 2006; *Dicionário de Trabalho e Tecnologia* (com L. Holzmann), Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006; *Desigualdades na América Latina: novos aportes teóricos* (com Laura Mota Diaz), Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2005.

ção na esfera produtiva. Praticamente, não existe aspecto algum que não tenha sido objeto de estudos quantitativos ou qualitativos, na sua maioria, sérios, rigorosos e bem-intencionados. Os resultados desses esforços empíricos e analíticos convergem para se identificar o universo de milhões de sul-americanos que vivem situações subumanas e, num número preocupante, em condições materiais e físicas que comprometem definitivamente seu futuro. A produção de conhecimento sobre a pobreza é indispensável para se definirem políticas públicas emergenciais e estruturais que possam retirar o maior número possível de indivíduos da condição de pobreza e que possam promover a inclusão social de maneira sustentável.

A mesma plethora de dados e análises não existe a respeito da outra face da realidade social e econômica. As formas de apropriação da riqueza conjugam-se numa nova dinâmica a partir da reestruturação produtiva implementada segundo princípios liberais e sob a égide do capitalismo financeiro. O resultado da exploração e do empobrecimento de grandes volumes de trabalhadores traduz-se no enriquecimento de um número muito restrito de pessoas.

Embora as Ciências Sociais na América Latina tenham produzido consistentes estudos sobre os setores dominantes, ainda existe um déficit explicativo acerca das origens e gestões das fortunas, sobre o modo de existência social dos muito ricos e sobre as conexões entre os diferentes grupos sociais, em outros termos, sobre as dimensões relacionais entre os dois pólos – riqueza e pobreza. A riqueza substantiva possui uma legitimidade mistificada, e o efeito de poder decorrente define condições específicas nas relações entre classes antagônicas.

As correntes dominantes nas Ciências Sociais têm dificuldades materiais e barreiras ideológicas para produzir conhecimento sobre os ricos e os muito ricos. A principal dificuldade material deve-se ao fato de que o acesso aos dados é impedido pelo sigilo que protege as grandes fortunas. As barreiras ideológicas são definidas pelo entendimento de que a pobreza é um problema, enquanto a riqueza não o é, e pela equivocada percepção de que estudar os ricos significa ser elitista e identificar-se com a “causa dos ricos” (Pinçon, 2004). O abandono da teoria crítica e da sua análise em termos de correlação de forças e de condicionamentos estruturais também pesou para que a dominação de classe ficasse num segundo plano no estudo das assimetrias na composição da sociedade.

Superadas essas dificuldades, é possível identificarem-se dimensões específicas da riqueza substantiva e, na sequência, das dimensões relacionais

entre riqueza e pobreza. O interesse em se buscar conhecer o segmento detentor de imensas fortunas na América Latina decorre do fato de que, embora a riqueza possa estar dissimulada, seu poder é efetivo. O volume de riqueza concentrado por grupos minoritários é desmedido, podendo traduzir-se, entre outras possibilidades, em gastos supérfluos que superaram em muito os recursos destinados a programas sociais e de combate à pobreza.

As formas de apropriação da riqueza e sua concentração em poucas mãos são definidas pela lógica “normal” do capitalismo, qual seja, a extração da mais-valia na esfera da produção. Contudo, a ela estão associados outros processos menos convencionais, inclusive os que fogem às regras da concorrência e outros que reeditam formas aparentemente arcaicas de exploração pática de trabalhadores vulneráveis. Não se trata de fenômenos marginais envolvendo alguns milionários oportunistas, corruptos ou mafiosos. Pelo contrário, esses processos fazem parte da dinâmica estrutural das finanças e dos negócios internacionais. Embora se materializem em graus variados conforme os distintos países, nos seus traços essenciais, eles se reproduzem em toda a América Latina. O desafio que se apresenta para as Ciências Sociais é, pois, produzir conhecimento sobre esses segmentos minoritários que não são, em absoluto, auto-referentes e auto-suficientes, mas vinculados a relações de poder que explicam grande parte da pobreza latino-americana.

ATUALIDADE DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA

A pobreza é um flagelo que não deveria mais estar se abatendo sobre a humanidade. Nestes tempos de hipermodernidade e de tecnociência avançada, pareceria lógico considerá-la como algo anacrônico, como resquício de sociedades pré-capitalistas e subdesenvolvidas. Estimada por muitos analistas como desgraça que acompanha os seres humanos desde sempre, a pobreza poderia ter sido eliminada graças aos extraordinários avanços econômicos e científicos. Entretanto, a miséria não apenas subsiste fortemente, como também cresce mesmo naqueles países cujas economias são consideradas avançadas (Milano, 1992).

As desigualdades socioeconômicas ampliam-se e multiplicam-se, fazendo surgir novas situações que diferenciam negativamente indivíduos, sociedades e países. Assim, longe de se constituírem como problemas menores em vias de superação, a pobreza e seus sinônimos e correlatos

(exclusão, marginalidade, vulnerabilidade, desigualdade, precarização) são uma condição que afeta todos os processos sociais, econômicos e políticos. Trata-se da dimensão que atinge, direta ou indiretamente, todos os indivíduos, que questiona os rumos do processo civilizador: ou perdura a pobreza, relegando-se muitos para condições subumanas e socialmente subalternas, ou reduzem-se as desigualdades como forma de se construir uma sociedade mais justa e fraterna.

Atualmente, a pobreza aparece nos discursos governamentais, nas representações sociais, nos estudos empíricos e nas análises teóricas sob enfoques distintos. Prestigiosos pensadores sociais têm reavivado o tema clássico da igualdade e da justiça. Mais especificamente, cientistas sociais como Pierre Bourdieu, Bronislaw Geremek, Robert Castel, Loic Wacquant, Peter Townsend e outros constituem referências incontornáveis sobre o tema, recuperando dimensões sócio-históricas e procedendo a uma instigante análise das manifestações e consequências contemporâneas das relações sociais em quadros de desigualdades profundas. Uma importante literatura interdisciplinar coloca a questão das desigualdades e, basicamente, a pobreza como o ponto nevrálgico, como a ferida permanente que sangra o corpo social.

La pobreza degrada y destruye, moral, social y biologicamente, el mas grande milagro cósmico: la vida humana. La existencia de pobreza es una aberración social. (Boltvinik; Damián, 2005, p. 11).

No prólogo ao livro *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*, A. Cimadamore identifica a pobreza como o núcleo central que permite questionar-se a legitimidade dos sistemas econômicos, políticos e sociais (Cimadamore, 2005, p. 13). Na linguagem expressiva de uma ensaísta de sucesso que não economiza adjetivos e substantivos, os pobres, os excluídos e os desempregados estão submetidos ao drama, à monstruosidade, à crueldade e ao horror cotidiano (Forrester, 1996). Referindo-se a um dos países economicamente mais avançados do planeta, Jock Young aborda a esgarçada do tecido social, levando à insegurança ontológica e ao “gulag” penal (Young, 1999). Mas a linguagem mais contundente é aquela empregada por Alberto Bialakowsky et al. (2005) quando se referem aos indivíduos fragilizados que constituem as populações extermináveis. Valendo-se de um referencial identificado com formulações de Giorgio Agambem, Bialakowsky refere-se às práticas institucionais que criam o *Homo sacer*,

espécie sujeita ao holocausto. Não se trata de alusões metafóricas, mas da análise de processos reais que vitimizam os indivíduos em situação de “vida nua”, isto é, desprovidos de qualquer direito humano elementar.

Uma linguagem tão crua e incisiva não é utilizada no pensamento dominante acadêmico e institucional, embora governantes, órgãos oficiais de pesquisa e organismos multilaterais como o BID, a CEPAL ou a OIT expressem preocupações específicas quanto à irredutibilidade da pobreza, insistindo na necessidade da tomada de medidas concretas para combatê-la. Durante décadas, essas preocupações eram apenas retóricas, pois a crença largamente compartilhada era a de que o desenvolvimento econômico resolveria o problema e que as massas marginalizadas seriam incorporadas às esferas produtiva e social. Os que estavam à margem do sistema e o proletariado já assimilado iriam, aos poucos, ascendendo econômica e socialmente. As divergências profundas davam-se nas concepções sobre as maneiras de se promover o desenvolvimento: pelo livre mercado e pelo aproveitamento das vantagens comparativas ou graças à intervenção do Estado e à proteção das economias locais. No campo do pensamento liberal, teoria e práticas eram relativamente homogêneas, enquanto a visão intervencionista materializava-se em orientações desenvolvimentistas antagônicas: ditaduras, autoritarismo tecnocrático, cesarismo social, populismo de direita e de esquerda, keynesianismo progressista ou elitista, governos democráticos com preocupação social. Na América Latina, a partir dos anos 1930 e à exceção de curtos períodos de orientação liberal ortodoxa em alguns poucos países, o Estado, conduzido segundo essas diferentes formas, tornou-se destacado protagonista do processo de transformação econômica e social. Havia o consenso de que o crescimento econômico garantiria a integração básica, e o Estado, por meio de políticas públicas, teria o papel estratégico de construção da cidadania ampliada, atuando de forma decisiva na correção de distorções e insuficiências. A eliminação da pobreza era dada como líquida e certa.

Já no início dos anos 1960, a realidade social desmentia essas certezas. Não só a pobreza e a miséria não recuavam, como as desigualdades tornavam-se gritantes. Ditaduras sanguinárias em vários países do continente e experimentos liberais nas duas décadas seguintes só agravaram a situação. Sob múltiplos aspectos, a América Latina do início do século XXI apresenta um quadro de injustiça e de distorções socioeconômicas tão graves como aquele existente há um século.

O *Panorama Social da América Latina* (Cepal, 2003) é a fonte sempre citada quanto se trata de sintetizarem os dados mais expressivos. O

total de pobres latino-americanos, que era de 136 milhões em 1980 (40,5% da população), passou, 22 anos depois, para 220 milhões (44%). No mesmo período, os indigentes passaram de 18,6% para 19,4%, o que corresponde a 97 milhões de pessoas. Obviamente, os grandes números escondem diferenças nacionais importantes, mas o que cabe destacar é que o detalhamento preciso desses totais revela situações muito mais graves: condições abjetas de vida, existência de um número expressivo de pessoas portadoras de deficiências entre os mais pobres, vulnerabilidade extrema de alguns segmentos tais como idosos, crianças, mulheres e populações indígenas (Contralínea, 2004). A descrição e a análise aprofundada das situações envolvendo a pobreza revelam um quadro multifacetado que não se limita apenas a carências ou privações materiais. A pobreza está associada à doença como estratégia de sobrevivência (Carreteiro, 1999), ao sofrimento ético-psíquico (Sawaia, 1999), ao sofrimento social (Kleinman, 1996) e à desesperança, levando os mais fragilizados a dizer que “morrer é quase nada, o horrível é não viver” (Escorel, 1999).

A pobreza contemporânea é multidimensional, cumulativa e transmissível. Ela tem raízes históricas, mas também é efeito da estrutura de poder, o que a faz, ao mesmo tempo, substantiva e relacional. Somadas todas essas dimensões, a atualidade da pobreza na América Latina compõe um quadro extremamente complexo. Para fundamentar a análise que será desenvolvida a seguir, faremos um sintético balanço de algumas questões que nos parecem mais relevantes, dialogando com as produções acadêmicas e oficiais recentes, isto é, divulgadas nos últimos dez anos.

Nos estudos sobre a pobreza contemporânea, observa-se a repetição de lugares-comuns e teses equivocadas, indicando limitações teóricas e políticas preocupantes. O mais recorrente desses lugares-comuns é a afirmação de que a pobreza existe desde sempre: “La desigualdade es, como apuntan la Biblia y la sabiduría popular, vieja como la vida misma” (Enguita, 1999); “A pobreza e a desigualdade são tão antigas quanto a humanidade” (Schwartzman, 2004). Asserções supérfluas desse tipo levam a diluir-se o problema numa perspectiva atemporal. Existiria, nesse sentido, uma pobreza original, constituindo, praticamente, uma categoria antropológica, portanto invariante ao longo da história e independente de relações de poder. Mais grave ainda é a insistência em afirmar-se que a redução da pobreza e das desigualdades é um processo de longuíssimo prazo (Rocha, 2003), quando não impossível, pois existirão sempre os “danados da terra”.

Outra afirmação que freqüentemente abre muitos trabalhos acadêmicos e relatórios de agências oficiais de pesquisa ou de instituições multilaterais é a de que a pobreza constitui uma nova questão social, sendo preocupação prioritária nas agendas política e acadêmica. Acompanha essa assertiva o comentário segundo o qual as pesquisas e as reflexões mais aguçadas sobre o tema datam de pouco mais de 30 anos. Duplo equívoco: no geral, a eliminação da pobreza é apenas demagogicamente apresentada como prioridade; ademais, investimentos na infra-estrutura e gastos com a iniciativa privada e com o pagamento da dívida externa consumiram a quase totalidade dos recursos públicos, e as verbas orçamentárias destinadas aos investimentos sociais representam até hoje percentuais mínimos.

O estudo das desigualdades sempre foi obra de pesquisadores comprometidos com a mudança social, os quais, todavia, estiveram constantemente em número e posição minoritários. Mesmo assim, sustentar o caráter recente de uma produção especializada revela lacunas profundas de autores que assim se posicionam, desconhecendo a imensa literatura produzida no mundo ocidental há dois séculos. Esses escritos indicam não apenas a permanência de volumes significativos de pobres, mas, sobretudo, a lógica intrínseca do capitalismo, que jamais buscou promover a igualdade, necessitando da desigualdade para se reproduzir. O pensamento social herdeiro do Iluminismo originou-se, justamente, da tentativa de compreenderem as diferenças, as hierarquias, as desigualdades, os conflitos e a estrutura de poder que decorriam da desestabilização da antiga ordem social. Os pensadores sociais progressistas e conservadores, os economistas clássicos, os pais fundadores da Sociologia, construíram sólidas reflexões sobre as redefinições das desigualdades no mundo moderno. Alentados estudos sobre a classe operária e sobre as populações miseráveis foram produzidos de forma ininterrupta ao longo dos séculos XIX e XX. Logo, cientistas sociais que revelam sua surpresa sobre o ressurgimento da pobreza nos países economicamente avançados após o apogeu do keynesianismo simplesmente ignoram estudos a exemplo dos de Robert Bremner ou de Michael Harrington, que, em meados dos anos 1950 e no início dos anos 1960, apontavam a existência de uma “outra América”, marcada pela continuidade da pobreza nos Estados Unidos. B. S. Rowntree e P. Townsend fizeram o mesmo para a Inglaterra, e P. de la Gorce, para a França.

Sinalizar que o “ressurgimento” de estudos sobre a pobreza desponta inicialmente no Primeiro Mundo (Rocha, 2003) revela mais dois equívocos, freqüentes nas teses de doutorado de jovens pesquisadores.

Primeiramente, há o de buscar a legitimidade da temática citando autores consagrados no Primeiro Mundo. Se Christopher Jencks, Amartya Sen, Robert Castel e outros destacam a desigualdade como questão social importante, o pesquisador colonizado sente-se autorizado a também abordar o tema. O segundo equívoco é ignorar a qualidade e a profusão dos estudos produzidos há muito tempo nos países do Terceiro Mundo. É lugar-comum, na literatura recente, indicar o final dos anos 1960 como o momento preciso a partir do qual a marginalidade, as populações sobrando, os excluídos passaram a ser considerados pelos estudos científicos. O trabalho de Licia Vallares e Lúcia Medeiros (2003) é um contra-exemplo, indicando que, há mais de 100 anos, centenas de trabalhos sérios foram produzidos, no caso, sobre a população favelada do Rio de Janeiro. Dizer que não existiam estudos anteriores é, de certa maneira, afirmar que o problema também não existia e que apenas recentemente ele se destaca como questão prioritária justificando formas de intervenção específicas.

Esse jogo sutil de esconder e revelar a temática da pobreza está associado às transformações políticas ocorridas nos tratamentos teórico e prático da questão. O pensamento dominante nas últimas duas décadas esconde a pobreza como efeito da estrutura de poder e designa o fenômeno como um problema de boa ou má utilização de recursos por parte das sociedades e dos indivíduos. As formulações que orientam a intervenção do Banco Mundial, de várias agências governamentais e de intelectuais que incidem sobre políticas de combate à pobreza e sobre a opinião pública são sistemas discursivos fundamentados na ideologia do consenso de Washington, no arcabouço teórico e nos dispositivos práticos que asseguraram o sucesso do neoliberalismo.

Sonia Alvarez Leguizamón (2005) sintetiza com extrema propriedade a retórica que deu sustentação às mudanças no tratamento das desigualdades. Os avanços sociais obtidos graças às lutas operárias e à ação parlamentar dos partidos trabalhistas e social-democratas conjugadas com medidas governamentais de inspiração keynesiana forjaram o modelo de Estado de bem-estar (*Welfare State* e *Sozialpolitik*), que objetivava, basicamente, a inclusão gradativa de toda a população nas esferas social e produtiva, a promoção dos interesses sociais coletivos, a construção de sistemas previdenciários, etc. Guardando o princípio de proteção da propriedade privada e a lógica empresarial, ele foi implementado em vários países norteadocidentais, na Nova Zelândia e na Austrália. Por vias políticas e econômicas diversas e por atalhos escusos, esse modelo pautou iniciativas gover-

namentais em vários países do Terceiro Mundo. Em quase todos os casos, os resultados foram parciais, comprometendo o princípio da cidadania ampliada para todos. Na América Latina, falou-se em arremedo de Estado de bem-estar e, mais freqüentemente, naquelas que constituem antíteses absolutas: cidadania tutelada, cidadania protegida ou cidadania seletiva.

Bem ou mal, o modelo anterior trazia ressonâncias agradáveis fundamentadas nas promessas da inclusão, da proteção social dos mais desvalidos e da promoção dos direitos civis, políticos e sociais. A ofensiva neoliberal, parcialmente vitoriosa nas últimas duas décadas, conseguiu reverter as expectativas e, sobretudo, alterar profundamente o enfoque e os sentidos das políticas públicas e as formas de mobilização da sociedade civil. A orientação ideológica e a prática dominante anatematizam a concepção de direitos civis, substituindo-a pelo enfoque centrado em mínimos biológicos, em necessidades básicas, pela focalização nos grupos considerados como mais carentes ou com graus elevados de vulnerabilidade (Alvarez Leguizamón, op. cit., p. 251-269).

El discurso del desarrollo humano substituye los derechos sociales, ya sea que estos se asienten en la condición de ciudadano o en la de trabajador por los programas focalizados. Esto se traduce en dispositivos de intervención tutelares focalizados territorialmente, junto a derechos culturales abstratos que dicen fortalecer la identidad y multiculturalidad en el ámbito micro local, pero que reproducen la diferencia social y cultural a nivel de políticas macroeconómicas nacionales e internacionales. (ibid., p. 250).

A pobreza transforma-se em assunto para técnicos e para secretarias especializadas que desenvolverão programas e medidas e proporão intervenções igualmente “técnicas”, “racionais” e “pragmáticas”. Sua eficiência e efetividade serão determinadas pela correta identificação dos mais carentes e vulneráveis, levando a uma busca obsessiva pela conceituação precisa das múltiplas dimensões da pobreza e, sobretudo, pela “buena medición” (Cepal, 2006). “A questão da mensuração é crucial, pois permite distinguir e dimensionar clientelas [sic] potenciais, assim como vincular conceitos à formulação de programas sociais” (Rocha, 2003, p.7).

Os conceitos são cada vez mais detalhados: indigência, carência, vulnerabilidade, privação branda, privação severa, pobreza primária, pobreza secundária, pobres de verdade (!), pobres de verdade consensuais (!!)

e assim por diante. A lista dos instrumentos de medição acompanha esses

conceitos: *basic needs* e umbrais da cidadania do Banco Mundial, linhas de pobreza, indicadores diretos, indiretos e combinados, necessidades básicas insatisfeitas, índice de privação, índice de progresso social – privação vital –, normas de necessidades básicas insatisfeitas reveladas. À sofisticação dos métodos de medição, corresponde o aumento do tamanho da sigla, chegando até o método C.F.S.B.S.P. – carência forçada de satisfatores básicos socialmente percebidos (Boltvinik, 2005). O ex-diretor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Majid Rahnema, escreveu que “devem existir no mundo tantos pobres e tantas concepções da pobreza quanto são os seres humanos” (Sachs, 1992). Se dermos crédito a essa afirmação absurda, serão necessários tantos métodos de medição da pobreza quanto forem os pobres!

Para as necessidades da análise subsequente, vale a pena destacar conseqüências dessas abordagens que insistem na identificação precisa dos “verdadeiros pobres” e na focalização das políticas públicas. Defesa retórica da integridade e autonomia individuais (direitos humanos no lugar de direitos sociais) e de um enganoso multiculturalismo, a nova forma de regulação estatal e societal da pobreza escamoteia a tal condição como efeito da estrutura do poder, identificando no indivíduo as saídas dessa situação. Sob essa ótica, a guerra contra a pobreza será ganha aumentando-se o capital social do indivíduo por meio da educação, fomentado-se capacidades e habilidades mediante programas específicos e promovendo-se as capacidades básicas e seus mínimos competitivos, na linguagem do Banco Mundial e do laureado do Prêmio de Economia do Banco Central Sueco em homenagem a Alfred Nobel. Em síntese, os pobres serão responsáveis pela autogestão da própria pobreza e, acomodados nos umbrais da cidadania, pararão de ser um peso e um incômodo para o restante da sociedade.

Numa linha aparentemente oposta, mas, na verdade, complementar, desenvolvem-se a nova filantropia e o novo humanitarismo no terreno impreciso do Terceiro Setor. Retomando o bordão de que os pobres existem desde sempre e continuarão existindo aconteça o que acontecer, as elites conservadoras restabelecem a solidariedade como efeito de poder (Demo, 2002). Após saquear meio mundo, os financistas metamorfoseiam-se em filantropos, e o caritativismo instala-se na Wall Street (Guilhot, 2004). Trata-se da alternância ou da concomitância histórica identificada por Bronislaw Geremek (1986) entre os movimentos repressivos e a comiseração em face da miséria, ora a piedade, ora a força, às vezes, as duas ao mesmo tempo.

Analisando-se as centenas de estudos recentes sobre a questão da pobreza e considerando-se as justificativas teóricas e técnicas dos programas de combate à pobreza e as inúmeras iniciativas filantrópicas empresariais, identifica-se um ponto comum: a completa ausência de referências à redistribuição de renda por meio da taxação das altas fortunas, pela redução de privilégios ou, simplesmente, pela aplicação de legislações tributárias idênticas àquelas que incidem sobre a população mais pobre. Reconhece-se a existência da pobreza, mas ela é entendida como não tendo nada a ver com a concentração de renda crescente. A dimensão relacional entre riqueza e pobreza é ignorada ou acobertada inclusive nos estudos científicos qualificados. A pobreza é considerada um problema, enquanto a riqueza concentrada parece não ter importância (Bourdignon, 2005). Considera-se a pobreza inaceitável, mas todas as reflexões e propostas práticas para eliminá-la (políticas públicas, programas de governo, planos estratégicos de desenvolvimento) estão baseadas no mesmo princípio: crescer e distribuir com mais justiça os frutos do crescimento, sem tocar nos privilégios (Schwartzman, 2004). A grande imprensa registra, de tempos em tempos, manifestações de setores das classes abastadas a respeito das reformas previdenciária e tributária, ilustrando esse comportamento cínico: todos aceitam o princípio da melhor distribuição do momento atual em diante, desde que preservadas as vantagens históricas, sejam elas ilegais ou imorais.

A simples referência a que o Governo esteja estudando medidas destinadas à taxação de altas fortunas e de heranças provoca reação virulenta nas esferas política e empresarial. Federações empresariais, lideranças do setor produtivo e políticos mobilizam-se de forma articulada de maneira a pôr em xeque a própria estabilidade do Governo. Cronistas econômicos e formadores de opinião são arregimentados para alardearem o perigo que representariam essas medidas, evocando o fantasma da fuga de capitais e da transferência de patrimônio para o exterior. O questionamento acerca dos altos salários ou aposentadorias de segmentos do funcionalismo público (por exemplo, militares, alta magistratura) é rechaçado sob a alegação de que redução de direitos adquiridos é um atentado à democracia! Outra maneira de evitar qualquer menção à redistribuição de renda é afirmar, como fazem frequentemente as elites, que o problema seria menor se os pobres não se multiplicassem tão rápido e que controle populacional teria efeitos expressivos sobre a redução das desigualdades.

Os dados sobre a concentração de renda na América Latina indicam situações aberrantes: em 1990, 90% das famílias absorviam 60% do

fluxo anual da renda, contabilizado pelo Produto Interno Bruto. Dez anos de vigência das políticas liberais reduziram esse percentual a quase 50%. Esses dados são mais expressivos quando vistos de outro modo: 10% da população mais rica absorve 50% da renda. Isoladamente, países tão díspares como o Brasil, ou Honduras, ou Bolívia batem recordes internacionais de desigualdade, situando-se no topo das classificações negativas sob inúmeros critérios. Devido à reestruturação produtiva, à flexibilização dos direitos trabalhistas e à precarização dos contratos, dados oficiais apontam para uma redução média de 30% da participação dos salários na renda nacional em países como a Argentina e o Brasil. Na década de 1990, a instabilidade econômica fez com que assalariados e pensionistas sofressem perdas consideráveis, contrariamente aos detentores de ativos fixos e de investimentos imunes à inflação. A subsequente financeirização das economias provocou nova transferência de recursos dos mais pobres para os mais ricos. A compra a crédito com altos juros embutidos empobreceu largas camadas da população ao mesmo tempo em que o pagamento de juros sobre títulos das dívidas interna e externa transferiu para pouco mais de 1% das famílias, no caso brasileiro, o equivalente a 10 vezes o orçamento de todos os programas de assistência social executados a cada ano (Pochmann, 2005).

A baixa renda ou a inexistência de renda revelam apenas uma primeira dimensão da realidade da pobreza. À dimensão monetária, adicionam-se todas as demais, de forma cumulativa e multidimensional, compondo um quadro cada vez mais grave. Atualmente, em função do sentido político das mensurações das populações pobres e miseráveis, dispomos de detalhes precisos desse quadro. Os pobres são quantificados, auscultados, medidos e pesados, analisados nas suas dimensões sociais, políticas, psicológicas, educacionais. Estudos aprofundados dão conta do comportamento eleitoral, dos projetos de vida e das estratégias de sobrevivência. Não existe um aspecto que não tenha sido objeto de estudos quantitativos ou qualitativos. Os resultados desses esforços empíricos e analíticos convergem para se identificar o universo de milhões de sul-americanos que vivem em situações subumanas e, num número que se reproduz indefinidamente, em condições materiais e físicas que comprometem o futuro por várias gerações. Esse quadro de horrores não precisa ser reproduzido aqui. O que importa destacar é que ele é, na maioria avassaladora dos estudos científicos e no senso comum, separado da outra face da mesma realidade. O pólo pobreza não se constitui de forma autônoma, auto-

referente, desvinculado das estruturas, das hierarquias que produzem e reproduzem a desigualdade. O pólo riqueza deve revelar as conexões que existem entre situações tão assimétricas.

RIQUEZA NA AMÉRICA LATINA E AS MODALIDADES DE APROPRIAÇÃO

Qualquer análise mais alentada sobre a pobreza na América Latina evoca as raízes históricas do fenômeno e o fato de que ele vem aumentando nos últimos anos. A mesma coisa pode ser dita com relação à riqueza: ela tem uma longa tradição e, malgrado as oscilações econômicas, está aumentando ininterruptamente. Dados insuspeitos do Banco Mundial confirmam que a participação dos 10% mais ricos no PIB latino-americano passou de 40 para 50% entre 1990 e 2001. Márcio Pochmann (2006) indica que o estoque de riqueza proveniente da posse da propriedade de bens produtivos e especulativos (terras, empresas, ativos financeiros) faz com que 0,1% das famílias do continente possua um patrimônio de mais de 620 bilhões de dólares, conformando uma fortaleza inexpugnável de privilégios e poder. Dados provenientes de um estudo de uma das empresas que mais conhece o assunto, pois sua clientela é constituída por esse segmento da população, indicam que 350.000 indivíduos controlavam uma riqueza superior a quatro trilhões de dólares em 2005 e que esse valor havia subido 11,8% apenas em um ano (Merrill Lynch, 2006).

Apesar de sua importância, o conhecimento acerca do “pólo riqueza” revela-se complexo e dificultoso por múltiplas razões, sendo a principal delas o fato de que os ricos não se deixam perscrutar (Medeiros, 2004; Pochmann, 2004). Isso não desencorajou as Ciências Sociais latino-americanas, que buscaram, desde sempre, compreender as manifestações do poder das elites econômicas, da burguesia rentista e dos setores dominantes. Esse esforço, que tem na obra de Basualdo e Arceo (2006) um exemplo recente, necessita ser ampliado e aprofundado, incluindo novas perspectivas teóricas e empíricas. Tal é o caso do conceito de *perpetradores* utilizado como referência na obra citada de Alvarez Leguizamón (2005).

A síntese realizada a seguir busca dar destaque a alguns processos que tomam importância crescente na realidade contemporânea em termos de constituição do “pólo riqueza” e do que chamamos de “riqueza substantiva”. Para tanto, faz-se necessário evocar a conjugação de vários processos que dão sequência à lógica inexorável do capitalismo como pro-

dutor concomitante da riqueza e da pobreza. Tratando-se de economias capitalistas, mesmo subdesenvolvidas, o processo de extração da mais-valia apresenta, há séculos, a mesma unidade de princípios apesar da heterogeneidade de formas. A lógica essencial do sistema expressa-se por intermédio do agenciamento específico e inconsútil de relações sociais e condições materiais de produção. Propriedade privada dos meios de produção, igualdade e liberdade formal dos indivíduos são os elementos da equação básica dinamizada pelo mercado. De um lado, estão os proprietários dos meios de produção; de outro, os trabalhadores, com um único bem disponível: sua força de trabalho. Ao firmar o contrato salarial, aparentemente espontâneo e entre sujeitos em pé de igualdade, os trabalhadores submetem-se ao empregador, que disporá da força de trabalho alienada. A finalidade dessa transação é permitir, ao capitalismo, obter mais valor do que aquele inicialmente investido. Independentemente da localização geográfica, da nacionalidade do capital, de profissões de fé em valores morais ou de declarações de princípios éticos, os objetivos do capitalismo são sempre os mesmos: agenciar as forças produtivas para obter mais-valia; investir, reinvestir para acumular e para obter mais-valia; revolucionar o processo de trabalho para obter mais-valia; produzir mais e mais mercadorias para obter mais-valia e, com isso, mais-poder.

A correlação de forças entre capital e trabalho definirá a dinâmica desse processo e, sobretudo, a repartição do excedente. A existência de sindicatos fortes e atuantes e o poder de pressão de movimentos sociais e de partidos progressistas forçam uma repartição menos injusta. Legislações protetoras e repasses de recursos públicos também são elementos compensatórios que asseguram um padrão de vida mais digno aos trabalhadores. Situação diametralmente oposta ocorre em circunstâncias favoráveis ao capital, a exemplo do que acontece durante regimes ditatoriais antipopulares, em fases iniciais de reestruturação produtiva, que provoca o enfraquecimento das forças coletivas do trabalho, e em outros momentos durante os quais o capital consiga impor uma extração acentuada da mais-valia.

Os resultados desse processo não são homogêneos e equilibrados. Na dinâmica concorrencial, o talento empresarial de alguns, associado a estratégias legais e ilegais ou a relações privilegiadas com o Estado, leva à concentração acentuada do capital. Na sua natureza profunda, o capitalismo é o mesmo, independente do tamanho da empresa. No que concerne à questão do poder efetivo, a escala é decisiva. Carlos Slim Helú (México)

ou Roberto Marinho (Brasil), Gregorio Pérez Companc (Argentina) ou Luis Noboa (Equador), à testa dos seus respectivos impérios da mídia ou da indústria, têm um poder que é muito superior ao volume equivalente de capital, porém, dividido entre dezenas de outros empresários nos mesmos setores.

A existência da hiperburguesia é hoje um dado sociológico e político da maior importância. As poucas centenas de indivíduos que concentram riquezas fantásticas são extremamente heterogêneas. Por um lado, não possuem identidade estável e uma unidade de ação e, por outro, segundo Michel Pinçon (2004), os ricos representam a única classe verdadeiramente organizada e aguerridamente mobilizável como classe em si e para si. Para efeito de uma identificação sumária, podemos nomeá-los como o grupo composto pelos proprietários de grandes empresas e rentistas, cuja atuação configura o “turbo-capitalismo”, a expressão mais predatória da expansão do sistema em escala planetária. A eles, se somam os executivos assalariados de empresas multinacionais, que, em poucos anos, conseguiram acumular fortunas fantásticas graças a práticas gerenciais agressivas que se traduzem na precarização do trabalho e no deslocamento geográfico de plantas industriais para explorar mão-de-obra vulnerável e barata. Loic Wacquant (1996), num artigo publicado na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, cita o caso do que ele chama de “patrões açougueiros”, considerados os novos heróis do mundo de negócios. Nos casos argentino, brasileiro e venezuelano, os valores totais pagos aos grandes executivos na década de 1990 não estão distantes dos maiores salários do mundo. Numa listagem comparativa entre 22 países, logo abaixo dos Estados Unidos e da França, aparece a remuneração total dos presidentes de empresas desses três países. Em outros termos, economia do Terceiro Mundo, mas remunerações em valores acima daqueles pagos aos executivos de empresas de países tais como a Holanda, a Espanha e a Alemanha.

O diferencial entre salários pagos para diretores brasileiros e a massa trabalhadora é um dos maiores do mundo. É comum encontrarem-se casos de empresas nas quais um diretor de *marketing* ou diretor financeiro recebam por mês o equivalente à remuneração de 100 ou 150 trabalhadores. Estudos produzidos por empresas de consultoria em gestão de recursos humanos indicam que, durante toda a década de 1990, os executivos tiveram sempre seus salários reajustados acima da inflação, pouco importando situações de crise ou de recessão (jornal *Folha de São Paulo*, edição de 16.12.2001).

Essa espécie de novos gestores dotados de grande poder administra velhas e novíssimas fortunas em termos cada vez mais internacionais, entendendo-se por isso uma gestão descolada de interesses locais. Os “patrões açougueiros” deslocam-se em helicópteros e em veículos blindados, residindo em *gated communities*, paraísos isolados dos problemas normais das cidades. A “Internacional dos Managers” (Wagner, 2003) reedita, sem nenhum constrangimento, formas primitivas de extração de mais-valia das chamadas forças de trabalho vulneráveis.

Ao longo do século XX, essas práticas foram gradativamente sendo impedidas pelas lutas sindicais e políticas que conquistaram direitos sociais nas relações de trabalho e, em alguns casos, conseguindo mesmo inscrevê-los como direitos constitucionais. A atuação da Organização Internacional do Trabalho foi fundamental para coibir os abusos mais gritantes. A exploração pática de trabalhadores vulneráveis continuou ocorrendo em pontos localizados e marginais na economia do Primeiro Mundo e, com incidência mais forte, nas economias subdesenvolvidas, em especial, no setor informal. A implantação das multinacionais no Terceiro Mundo tinha mais um sentido estratégico de expansão e controle capitalista em escala planetária do que de aproveitamento das forças de trabalho vulneráveis e sem proteção sindical.

A reestruturação produtiva, o predomínio do setor financeiro especulativo e a globalização mudaram esse quadro. A ofensiva neoliberal das últimas duas décadas permitiu que práticas condenáveis voltassem com força e legitimidade e que fossem adotadas por empresas “modernas” que seriam incapazes de fazer o mesmo nos seus países sede. Às grandes massas de trabalhadores desvalidos, somam-se, agora, mulheres, crianças e milhões de imigrantes submetidos ao trabalho insalubre, em péssimas condições, sem garantias e sem direitos e, sobretudo, sub-remunerados. A presença desse contingente de forças de trabalho vulneráveis, que é obrigado a aceitar condições de trabalho abjetas e baixa remuneração, ataca a concorrência com as categorias de trabalhadores estáveis.

O processo em curso em escala mundial e, talvez, com mais vigor na América Latina, tem a seguinte sequência: extração “normal” da mais-valia e reforço dessa extração pelas reformas neoliberais das duas últimas décadas (reestruturação produtiva, financeirização, privatizações selvagens, diminuição da capacidade de controle estatal, flexibilização e precarização dos contratos). O resultado é óbvio: de um lado, enfraquecimento dos coletivos de trabalho, diminuição dos salários e ressurgimento de formas

atípicas de contratação que prejudicam os trabalhadores; de outro, lucros alentados para os setores mais ágeis, remunerações substanciais para os gestores e ampliação da hiperburguesia e, conseqüentemente, da distância entre o topo e a base da pirâmide social.

O pólo pobreza acumula perdas e desvantagens, enquanto o pólo riqueza acumula lucros e privilégios. Os resultados concretos para os primeiros são bem conhecidos, enquanto para os segundos são opacos ou configuram verdadeiras incógnitas. A hipótese de trabalho desenvolvida a seguir sinaliza possibilidades pouco exploradas pelas Ciências Sociais no que tange às práticas escusas dos setores dominantes e seu sentido social.

Entre as diversas conseqüências do ajuste neoliberal, destaca-se o enfraquecimento do aparelho de Estado. Mesmo que, na América Latina, o Estado estivesse longe de cumprir funções sociais de interesse do conjunto da população, ele era responsável pela observância de alguns preceitos fiscais e legais que definiam regras da concorrência e o cumprimento de contratos, inibindo as infrações mais gritantes. A riqueza concentrada favorece a espiral ascendente e cumulativa de força e privilégios, levando à cupidez e a comportamentos cada vez mais audaciosos. Se a impunidade está assegurada, a escalada na improbidade não tem limites. No preâmbulo do seu estudo sobre a economia política da corrupção, Gonçalves da Silva (2001) identifica a relação direta que existe entre desigualdade e corrupção. Sendo imensa a distância social, os poderosos consideram-se acima da lei. Como afirmou Leona Helmsley, magnata hoteleira nova-iorquina, reconhecida como modelo de “*business success*” neoliberal nos anos 1980: “Did you know that only the little people pay taxes?”

Esse comportamento, que se multiplicou enormemente na América Latina, pode ser designado como parte da “Economia Ladina”. Não se trata de processos de concentração atestadamente ilegais de riqueza, mas de complexos subterfúgios jurídicos acessíveis apenas aos grandes grupos econômicos e às grandes fortunas. Parte dessas operações recebe o nome de “elisão fiscal”. Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal durante o governo Fernando Henrique Cardoso, não ficava constrangido em admitir que importantes banqueiros não pagavam imposto de renda e que empresários multinacionais haviam encontrado uma forma de burlar a CPMF (imposto de 0,38% sobre o valor de toda e qualquer operação financeira e sobre os cheques descontados nos bancos em território brasileiro). Graças a brechas na lei, ladidamente exploradas pelos especialistas em aconselhamento tributário, as grandes fortunas escapam mesmo àqueles impostos mínimos que atingem qualquer cidadão. Outro procedimento recorrente é o da con-

testação de tributos na justiça. Empresas conseguem adiar infinitamente o pagamento de impostos recorrendo às diversas instâncias do poder judiciário. Ainda tendo como referência o Brasil, sabe-se que, em 2003, o Departamento de Cobrança de Grandes Devedores (Ministério da Fazenda) tentava cobrar o valor de R\$ 55 bilhões devido por 400 empresas. As dívidas atualizadas chegam a valores estratosféricos, praticamente impagáveis, permitindo, às empresas, chantagearem o poder público: se for exigido o pagamento, a empresa fechará as portas e demitirá centenas ou milhares de trabalhadores. O problema é resolvido com uma anistia ou com o parcelamento da dívida em valores irrisórios, por algumas décadas, o que, concretamente, significa o perdão da dívida. Existe, no Brasil, o REFIS, programa de parcelamento de débitos tributários, criando em 2000 no governo Cardoso. Importantes empresas, devendo centenas de milhões de reais, aderiram ao programa e conseguiram o parcelamento da dívida para prazos que variam de 100 a 6.000 anos! (jornal *Folha de São Paulo*, edição de 01.02.2004 – fonte original: Controladoria Geral da União). Após um generoso programa de renegociação de dívidas, restava, em 2003, o valor de R\$ 154 bilhões em débitos passíveis de ajuizamento. Na maior parte dos casos, a lentidão e a ineficiência da Procuradoria da Fazenda Nacional tornam esses valores incobráveis (idem, edição de 2.2.2004).

Num patamar acima daquele da “economia ladina”, existe o que podemos chamar de “economia bandida” ou, como denomina Denis Duclos (1998), para se referir aos padrões fraudadores, os cleptocratas. No documentário *Memoria del saqueo* (2004), sobre os acontecimentos da Argentina nos últimos 15 anos, Fernando Solanas classifica esses personagens como *mafiocratas*. Tanto o sociólogo quanto o cineasta documentam que os perpetradores da economia ladina e da economia bandida não são marginais, mas proeminentes figuras do mundo econômico. Contudo é importante ressaltar que não se trata de um fenômeno exclusivo do Terceiro Mundo. Os exemplos proliferam também nos países economicamente avançados: Enron, Worldcom, Parmalat e Clearstream foram os mais famosos ou, mais precisamente, os que foram descobertos. Existe uma infinidade de grandes empresas que usam a fraude contábil para encobrir desvios, que usam os paraísos fiscais para transferir recursos legais e ilegais, que sonegam impostos de múltiplas maneiras graças às facilidades decorrentes da desregulamentação financeira internacional e da incapacidade de os Estados fiscalizarem as transferências internacionais, tais como o subfaturamento ou superfaturamento de importações e exportações (Warde, 2006).

Recentemente, facetas da economia bandida foram reveladas mediante ações da Polícia Federal brasileira, desmantelando duas megafraudes: da Schincariol (terceira cervejaria do País) e da Daslú, loja fetiche das elites endinheiradas. O caso Daslú é, inclusive, emblemático do comportamento arrogante das elites brasileiras. A loja de mais de 20.000 metros quadrados é considerada um “templo”, uma “catedral” do luxo exclusivo. Localizada na capital do estado mais rico e industrialmente desenvolvido do Brasil, São Paulo, ela está rodeada por uma favela que abriga milhares de pessoas nos mais variados graus de indigência e pobreza. Apesar da comprovação de contrabando, sonegação e fraudes diversas, várias personalidades empresariais e políticas reclamaram publicamente e declararam-se ofendidas pela fiscalização da Polícia e da Receita Federal que atingiu o “coração da elite brasileira”.

Falências ou gestões fraudulentas merecem, via de regra, referências sintéticas e superficiais nos meios de comunicação. Por exemplo, o Banco Mercantil de Pernambuco “quebrou” há mais de 10 anos. Sua liquidação envolve a cifra de 100 milhões de reais, e, apesar de o inquérito provar as responsabilidades dos gestores, o caso é tratado com toda a discrição possível, uma vez que, entre os responsáveis, está, nada mais nada menos, que o presidente da Confederação Nacional da Indústria, mais importante entidade de representação classista do setor produtivo industrial brasileiro.

Os perpetradores da “economia bandida” não se limitam a contrabandistas e a traficantes de drogas e armas, mas, mesmo no caso específico destes últimos, os milhões de dólares obtidos nas suas operações não circulam em esferas paralelas. Eles são devidamente “lavados” por poderosos bancos internacionais (Alepin, 2004). O mesmo ocorre com o dinheiro obtido com a corrupção via aparelho de Estado que necessita ser protegido. Pinochet não guardava seus milhões de dólares em casa, debaixo do colchão; o Banco Riggs administrava sua fortuna com muito zelo e, provavelmente, a de outros ilustres políticos latino-americanos. No Brasil, em 2004, foram identificadas mais de 84.000 operações suspeitas no COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Na sua quase totalidade, trata-se de operações de “lavagem” de dinheiro na casa de milhões de reais (jornal *Folha de São Paulo*, edição de 14.08.2005). Os casos rumurosos dizem respeito a figuras públicas tais como Trujillo, Stroessner, Noriega ou Fujimore. Mas seus congêneres privados jamais ganham visibilidade, permanecendo invariavelmente impunes.

Citando importantes estudos sobre o comportamento de grandes bancos multinacionais de prestígio e mesmo de esferas administrativas

governamentais, Warde indica que “Longe de estar à margem da economia global, as atividades ilícitas conseguiram se situar no coração do sistema” (Warde, 2006, p.3). Nas suas várias edições, o Fórum Social Mundial tratou de uma questão-chave relativa às estratégias neoliberais de garantir liberdade total ao capital: os paraísos fiscais. As empresas *offshore* permitem, aos astros do mundo do espetáculo e do esporte, às *top models*, aos contrabandistas, traficantes, sonegadores e especuladores, a proteção em portos seguros e não-tributáveis não só para garantir suas fortunas legais ou ilegais, mas, sobretudo, para ampliá-las (Alepin, 2004). A existência dos paraísos fiscais permite, aos especuladores, transferir agilmente recursos para fora e para dentro do país, aproveitando situações de vulnerabilidade política ou econômica ou, ao contrário, condições favoráveis. Ou seja, ganhando em todas as circunstâncias. É necessário destacar que se trata, sempre, de grandes especuladores, aplicando volumes exorbitantes de recursos. Em todos os países latino-americanos, esse segmento corresponde a uma ínfima minoria, mas com um poder decisivo sobre a estabilidade econômica e a orientação dos investimentos.

Uma parte de difícil quantificação dos super-ricos consegue dispensar o exercício da política para manter seus privilégios. Tal minoria, que pode ser conceituada como “classe de fruição”, assemelha-se às “classes ociosas” descritas por T. Veblen no final do século XIX. Ela circula em espaços restritos, mobilizando recursos e aparatos que viabilizam um segmento específico da economia mundial como forma de consumo das altas rendas (Newsweek, 2006). Não é possível avaliar quantos são os latino-americanos que fazem parte do *jet set* internacional, mas em nada suas características básicas distinguem-se das desse grupo, representado, por um lado, pelo comportamento predatório – por exemplo, pela ocupação privada de paraísos ecológicos e pelo padrão de consumo desmedido (Conniff, 2003) –, pela concepção utilitarista da cultura e pelas ações que configuram um darwinismo social, e, por outro, pela filantropia promotora de conformismo. A posse de fortunas incomensuráveis permite corromper o judiciário, os meios de comunicação, as instituições culturais, as ONGs e, por que não, a academia. Os interesses das elites condicionam o desenvolvimento tecnológico (como é o caso da produção de novos equipamentos e remédios sofisticados para combater doenças específicas que atingem uma ínfima minoria endinheirada, enquanto doenças endêmicas da população pobre permanecem sem solução), deturpam as prioridades nos investimentos públicos (por exemplo, garantindo a segurança das *gated communities* de luxo, enquanto os bairros pobres ficam

sem proteção) ou, ainda, legitimam práticas contrárias ao bem comum, como é o caso dos comportamentos discriminatórios com relação às pessoas pobres. A riqueza permite um “efeito cascata” na violação de direitos dos mais pobres: inicia no topo da pirâmide social, reproduz-se nas classes intermediárias até atingir os mais vulneráveis.

Os detentores de imensas fortunas, juntamente com seus adjuntos assalariados, são devidamente assessorados por empresas de *marketing* e por escritórios de advocacia especializados em proteções jurídica, fiscal e criminal. Assim, eles podem ficar acima da lei, imunes a princípios éticos ou a preceitos morais. Uma equivocada deontologia dos cientistas sociais faz com que processos importantes não sejam considerados porque os fragmentos de informações sobre a riqueza permitiriam apenas um conhecimento ilustrado e não um conhecimento científico das origens e magnitude da riqueza e do poder conseqüentes. Assim, o capitalismo pode conservar uma grande legitimidade.

O processo de apropriação da mais-valia é entendido por muitos como absolutamente natural, uma espécie de preço a pagar para a geração de ocupação para as pessoas e, por meio disso, de obtenção de renda. O neoliberalismo obteve uma estrondosa vitória ao reforçar a percepção de que a desigualdade é de origem meritocrática: cada indivíduo é remunerado na exata proporção de sua contribuição ao produto social; cada indivíduo está na posição social que corresponde ao seu desempenho. A naturalização das desigualdades faz com que as denúncias sobre condições abjetas de exploração não comovam a maioria. Reina certo fatalismo no senso comum, traduzido na percepção de que é preciso trabalhar para sobreviver e que o exercício do trabalho dá-se obrigatoriamente nos termos impostos pelo capital. Ao mesmo tempo, a concentração do poder permite veicular, de todas as maneiras, a idéia da inevitabilidade dos processos econômicos em curso. Força econômica aparece transvertida de talento empresarial; dominação aparece como resultado de capacidade humana, levando à naturalização dos processos sociais e econômicos que configuram a desigualdade.

Michel Pinçon (1996) inicia sua obra com um trecho de *O idiota*, de Dostoievsky (“O mais vil e mais odioso no dinheiro é que ele confere até talento”), indicando assim a desmistificação da riqueza como o grande desafio das Ciências Sociais. A fruição repetida da riqueza permite apresentar privilégios herdados como fruto de qualidades pessoais inatas. Porém, os estudos científicos mostram que não existe evidência alguma de

que a maioria das pessoas ricas seja-o por mais operosidade, ou pela aderência a uma ética do trabalho ou por comportamentos ascéticos (Medeiros, 2005). Da mesma forma, as diferenças educacionais são insuficientes para explicar a origem da riqueza. A conjugação dos processos resumidos anteriormente tem maior poder explicativo, destacando o caráter articulado e cumulativo das diferentes estratégias que permite que não os capitalistas em geral, mas segmentos específicos acumulem riqueza substantiva e dela se apropriem. Os estudos disponíveis sobre a produção da pobreza mostram como muitos são afetados, em graus variados e numa grande dispersão. O grande desafio é comprovar como a produção da riqueza beneficia poucos, de forma concentrada, e identificar quem compõe a “classe de fruição”. A forma de avançar rumo à busca da superação das desigualdades crescentes é “ubicar en un lugar de alta visibilidad a los agentes y estructuras que contribuiyen a producir, mantener y reproducir la pobreza” (Cimadamore, 2005, p.14).

RIQUEZA SUBSTANTIVA E PODER

As diferentes modalidades de apropriação da riqueza resumidas anteriormente não são estanques, não compõem dinâmicas autônomas, embora algumas sejam adjetivadas como corretas e legítimas, e outras, como imorais e ilegais. Elas se somam, se articulam, se complementam. A partir de determinado ponto, o volume de riqueza substantiva é tão grande, que o poder econômico escapa a qualquer controle político e fica fora do alcance da análise científica que, porventura, as Ciências Sociais poderiam realizar. Por exemplo, no caso da economia política da corrupção, seria necessário fazer uma sociologia das relações de poder que se estabelecem a partir da riqueza substancial, não considerando o tema como algo fútil ou supérfluo (Pinçon, 2005). Da mesma forma, por aproximações indiretas, seria importante considerar a expressão pública da riqueza e, aos poucos, avaliar a construção mitificada da meritocracia e das competências profissional e empresarial.

Marcelo Medeiros desenvolve importantes reflexões sobre a legitimidade e a necessidade de se estudarem os ricos. A principal razão evocada é que esse conhecimento é passo importante para se definirem políticas redistributivas com eficácia sobre a redução da desigualdade. Seguindo essa argumentação, cabe salientar que o poder e o volume de riquezas

apropriadas de forma anti-social são verdadeiramente significativos. Estudos de órgãos tributários indicam que a sonegação fiscal de grandes empresas atinge cifras bilionárias. Embora as micro e pequenas empresas sejam as que, proporcionalmente, mais sonegam, as grandes empresas são responsáveis pelos valores mais expressivos. A sonegação generalizada provoca o contínuo aumento da carga tributária, que prejudica os mais pobres e as empresas honestas.

A ONG *Transparency International* desenvolve um trabalho de esclarecimento sobre a corrupção, embora os resultados devam ser apropriados com muita prudência. Algumas das suas críticas favorecem as empresas multinacionais no jogo concorrencial do comércio internacional e confundem-se com as proposições neoliberais de Estado mínimo. Outra questão polêmica é que as informações produzidas baseiam-se nas percepções da corrupção e não em provas concretas. De qualquer forma, as indicações sobre os níveis de corrupção na América Latina não são invenções desse organismo e comprovam as relações nefastas que existem entre os grandes fraudadores e a condução dos negócios e a administração pública. A corrupção jamais traz benefícios coletivos. Os atos ilícitos implicam sempre a transferência de renda dos trabalhadores para os mais ricos e a escassez de recursos para obras de interesse da população mais pobre.

A receita federal brasileira estima em mais de 100 bilhões de dólares os recursos de brasileiros existentes em paraísos fiscais. A imprensa vem divulgando que esse valor poderia ser quase o dobro do que supõe a receita federal. Em estudo sintético, Ouriques et al. (2001) referem-se ao “assalto ao Estado” perpetrado pelas aristocracias financeiras da Argentina, Brasil e México. Nos três casos, os valores ultrapassam a casa da centena de bilhões de dólares. As grandes fraudes noticiadas pela imprensa, com processos judiciais instaurados, mas cujos indiciados acabam impunes, alcançam valores que ultrapassam o orçamento de vários ministérios federais. Somadas as verbas para programas de inserção social, de combate à fome, de renda mínima ou de geração de emprego e renda para a população mais carente, não alcançam o valor sonegado ou fraudado por dois ou três grupos perpetradores da economia bandida.

Os gastos das elites milionária ou bilionária correspondem a um padrão por vezes superior ao de seus congêneres do Primeiro Mundo. Frequentemente, o luxo conspicuo e o lazer aristocrático não são computados como despesas pessoais, mas como “custos administrativos” das empresas ou “custos de representação”, dedutíveis do imposto de renda a

pagar. Não bastasse esse estratagema, há de se considerar também a desmedida: os milionários paulistas que se deslocam nos seus carros blindados e helicópteros para os refúgios na serra ou no litoral gastam, num dia, igual valor ao que centenas de trabalhadores levam um ano para receber como salário. O mesmo vale para milionários argentinos, chilenos ou paraguaios que, em dois ou três dias nos cassinos de Punta del Este, gastam mais que programas governamentais de assistência social investem com as populações carentes durante um ano.

Os exemplos multiplicam-se constantemente, e os poucos dados apresentados neste artigo são uma pequena amostra de uma miríade de casos que aparece em informes reservados de órgãos públicos de fiscalização e em reportagens superficiais da grande imprensa, por vezes, na página policial. Ridículos ou cruelmente sérios, eles não podem ser considerados como pouco relevantes. As várias dimensões da riqueza, das formas da sua extração e fruição, têm impacto direto sobre a vida da população pobre. A exemplo do que ocorreu em múltiplas ocasiões no passado latino-americano (Rosa, 2006), os perpetradores da economia ladina e da economia bandida acabam legalizando suas fortunas. A riqueza que teve origem no saque, na corrupção, consubstancia-se no poder econômico legítimo, pois é apresentada como resultado do esforço e do talento empresariais. Por isso, a importância da pesquisa acadêmica mais profunda e criteriosa para separar o que são epifenômenos do que são mecanismos estruturais, estratégias dissimiladas que configuram a luta de classes, a “economia bandida” e a “economia ladina”, sendo apenas ardis complementares. Todas essas situações não podem ser classificadas como arcaicas, como remanescentes de fases já superadas pelo capitalismo em outros países. A situação do continente latino-americano não é o fruto de uma perversão particular da dinâmica capitalista. Pelo contrário, o que acontece atualmente corresponde perfeitamente à lógica do “capitalismo autêntico” em condições de enfraquecimento das forças sociais do trabalho e de desmobilização dos movimentos associativos clássicos.

As elites econômicas valem-se de todos os expedientes legais e ilegais, contando, para tanto, com a impunidade, com as relações privilegiadas com os aparelhos de Estado, com a discrição dos meios de comunicação e, é necessário dizer, com a complacência da academia. Quando se fala de composição social, apenas a massa trabalhadora ou a população pobre são consideradas. Os responsáveis pela apropriação do volume mais expressivo da riqueza social parecem não existir, figuram como instâncias

abstratas e inapreensíveis. Mas não existe riqueza que não seja social, e, como já dizia Marx, *não é possível considerar os capitalistas como piratas em alto mar saqueando outros piratas.*

A RIQUEZA SUBSTANTIVA: TOTEM E TABU

Todos os indicadores econômicos e sociais comprovam a parcialidade ou o cinismo na definição de “humanidade” do arauto do capitalismo triunfante, Steve Forbes. Como é possível sustentar que a “humanidade” tenha ficado mais rica quando a brecha existente entre o pólo riqueza e o pólo pobreza aumentou? E não apenas isso, a riqueza apropriada desmedidamente por alguns poucos resulta do empobrecimento de muitos.

A dimensão relacional pobreza/riqueza constitui um dos tantos desafios para se compreender a sociedade contemporânea. Não basta contar, medir, pesar, quantificar e analisar o “pólo pobreza”. Ele não se constitui de forma autônoma, desvinculado dos processos sociais mais complexos marcados pela composição social extrema e crescentemente desigual. A desigualdade socioeconômica não é medida por uma linha mínima de rendimentos abaixo da qual estão situados os pobres, mas pelas posições relativas ocupadas pelos diversos segmentos da sociedade. Mesmo se os pobres e miseráveis alcançarem o nível mínimo, isso não significa que haverá uma situação equilibrada e socialmente justa. Se os bastiões da impunidade garantida pelas imensas fortunas continuarem a existir, as disparidades e suas conseqüências nefastas também perdurarão.

Nas últimas duas décadas, o crescimento do individualismo parece ofuscar ou mesmo negar a existência das classes sociais, ao que corresponde certo abandono da temática clássica em torno das relações de dominação definidas pela estrutura de classes. Evitando os modismos importados, as Ciências Sociais na América Latina desenvolveram e continuam desenvolvendo valiosos estudos sobre os setores dominantes, sobre as estratégias de poder das elites econômicas e políticas e sobre os mecanismos de reprodução da desigualdade estrutural. Entretanto, a ênfase continua sendo dada às manifestações políticas dos grupos dominantes na esfera parlamentar e nas conexões privilegiadas com o aparelho de Estado.

Da existência da riqueza substantiva e dos comportamentos sociais decorrentes, advêm problemas mais complexos. Os detentores das grandes fortunas aparecem na sociedade ora como totem, objeto de veneração e de

temor, ora como tabu, cuja aproximação, por hipocrisia ou por ignorância, está proibida. Suas fortunas aparecem glamourizadas em revistas como *Caras* ou *Hola*, mas sempre dissociadas dos mecanismos utilizados para sua preservação e ampliação, o que poderia desgastá-los politicamente. Os efeitos do poder traduzem-se na incapacidade de se reconhecerem os fenômenos na sua totalidade e de vê-los como problema. Os indivíduos enxergam, percebem com a visão, mas não compreendem, não apreendem o conteúdo do fato, não entendem o real significado das hierarquias e da distância social. Socialmente, existe apenas uma parte da riqueza que é visível; o restante é tão extraordinário, que escapa ao senso comum. Como sustenta Michel Pinçon (1996), existem níveis de riqueza tão grandes que, a exemplo das distâncias no espaço interestelar, são impensáveis para a maioria das pessoas. Recorrendo a uma formulação da Psicanálise, é possível sustentar que o *faltante é o estruturante*. Para preencher esse déficit explicativo sobre as desigualdades socioeconômicas na América Latina, é necessário um enfoque diferenciado que considere não apenas as dimensões visíveis das elites tal como elas aparecem na representação parlamentar, nas entidades empresariais ou no controle do aparelho do Estado, mas, também, a existência social da riqueza substantiva. A contribuição das Ciências Sociais para a construção de sociedades mais justas, democráticas e solidárias passa, entre outras dimensões, pela produção de conhecimento sobre essas “elites de fruição”, sobre os “perpetradores”, sobre esses segmentos minoritários que não são, em absoluto, auto-referentes e auto-suficientes, mas encarnações de relações de poder assentadas na conjugação de processos de apropriação da riqueza e, conseqüentemente, de produção de pobreza substantiva e relacional.

REFERÊNCIAS

ALEPIN, Brigitte. *Ces riches qui ne paient pas d'impôts*. Montreal: Editions du Méridien, 2004.

ALVARES LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*. Buenos Aires: Clacso Libros, 2005.

BASUALDO, Eduardo; ARCEO Enrique (Org.). *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Buenos Aires: Clacso Libros, 2006.

BIALAKOWSKY, Alberto et al. Processos sociais de exclusão-extinção. In: CATTANI, Antonio David; MOTA DIAZ, Laura. *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

BOLTVINIK Julio. Métodos de medición de la pobreza, uma tipologia. In: BOLTVINIK Julio; DAMIÁN Araceli (Org.). *La pobreza en México y el mundo*. México: Siglo Veintiuno Editores, 2005.

BOLTVINIK Julio; DAMIÁN Araceli (Org.). *La pobreza en México y el mundo*. México: Siglo Veintiuno Editores, 2005.

BOURDIGNON, Fabiane. *Produção sociológica sobre elites econômicas no Brasil*. 2005. Monografia (curso de Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

CARRETEIRO, Tereza. A doença como projeto. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CEPAL. *Panorama Social de América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL, 2003.

_____. *Compendio de buenas prácticas para la medición de la pobreza*. Santiago: IBGE – Grupo de Rio, 2006.

CIMADAMORE, Alberto. Prólogo. In: _____. ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*. Buenos Aires: Clacso Livros, 2005.

CONNIFF, Richard. *Historia natural de los ricos*. Buenos Aires: Tauros, 2003.

CONTRALÍNEA. *Retrato de la miseria*. México: ano 2, n. 25, f. ev. 2004.

DEMO, Pedro. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez, 2002.

DUCLOS, Denis. Naissance de l'hyperbourgeoisie. *Le Monde Diplomatique*, Paris, ago. 1998.

ENGUITA, Mariano. Recursos y oportunidades: explotación y discriminación en el análisis de la desiguald. *Revista Internacional de Sociología*, Madrid, n. 24, 1999.

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FOLHA DE SÃO PAULO. Diversas edições.

FORRESTER, Viviane. *L'horreur économique*. Paris: Fayard, 1996.

GEREMEK, Bronislaw. *La pietà e la forza*. Bari: Laterza & Figli, 1986.

GONÇALVES DA SILVA, Marcos. *A economia política da corrupção no Brasil*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

GUILHOT, Nicolas. *Financiers, philanthropes: sociologie de Wall Street*. Paris: Editions Raison d'Agir, 2004.

KLEINMAN, Arthur. Social suffering. *Daedalus*, Cambridge, v.125, n. 1, 1996.

MEDEIROS, Marcelo. *O que faz os ricos ricos*. São Paulo: Hucitec, 2004.

- _____. O estudo dos ricos no Brasil. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2005.
- MERRIL LYNCH. *World Wealth Report 1997-2006*. NewYork: Capgemini; Merrill Lynch, 2006.
- MILANO, Serge. *La pauvreté dans les pays riches*. Paris: Nathan, 1992.
- NEWSWEEK. Maio 2006.
- OURIQUES, Nildo D. et al. A aristocracia financeira e o assalto ao Estado na América Latina. In: FERREIRA, Alceu C. (Org). *A trama da privatização*. Florianópolis: Editora Insular, 2002.
- PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. *Grandes fortunes: dynasties familiales et formes de richesse en France*. Paris: Payot, 1996.
- _____. *Sociologie de la bourgeoisie*. Paris: La Découverte, 2004.
- POCHMANN, Márcio. *Atlas da exclusão no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- POCHMANN, Márcio. *Folha de São Paulo*, 15 jun. 2005.
- _____. Riqueza e concentração de renda. In: LATINOAMERICA. Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: LPP; Boitempo, 2006.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- ROSA, José Maria. *Porteños ricos & trinitarios pobres*. Buenos Aires: Maizal Ediciones, 2006.
- SACHS, Wolfgang. *The development dictionary*. Londres: Zed Books, 1992.
- SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In:_____ (Org). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- VALLADARES, Licia; MEDEIROS, Lídia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2003.
- WACQUANT, Loic. La generalization de l'insécurité salariale en Amérique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 115, 1996.
- WAGNER, Anne-Catherine. La bourgeoisie face à la mondialisation. *Mouvements*, Paris, n. 26, mar./abr. 2003.
- WARDE, Ibrahim. Ce que cache l'affaire Clearstream. *Le Monde Diplomatique*, Paris, jun. 2006.
- WORLD BANK. *Inequality in Latin America*. Washington: World Bank, 2004.
- YOUNG, Jock *The exclusive society: social exclusion, crime and difference and Late Modernity*. London, Sage Publications, 1999.